

1.000

QUESTÕES PARA
CARREIRAS
POLÍCIA MILITAR
SOLDADO

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	15
→ SUBSTANTIVO	18
→ ADJETIVO	18
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	20
→ PRONOMES PESSOAIS.....	22
→ ADVÉRBIO	22
→ NUMERAL.....	24
→ PREPOSIÇÃO.....	24
→ CONJUNÇÃO.....	26
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	27
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	29
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO.....	31
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	32
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	33
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	33
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	40
→ CRASE.....	43
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	45
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC).....	50
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	54
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	72
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	75
→ GABARITO 	81
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	83
→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	83
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	84
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	84
→ NÚMEROS RACIONAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	86
→ MATEMÁTICA - FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	86

→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	88
→ PORCENTAGEM.....	89
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	91
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	92
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	93
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	93
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	94
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	95
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - PROPOSIÇÕES: DEFINIÇÃO, RECONHECIMENTO, PRINCÍPIOS LÓGICOS	96
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	96
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	97
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	98
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	98
→ ASSOCIAÇÃO DE INFORMAÇÕES.....	99
→ GABARITO 	100

GEOGRAFIA101

→ POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	101
→ MIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E EMIGRAÇÃO	104
→ ENERGIA NO MUNDO.....	104
→ INDUSTRIALIZAÇÃO	105
→ ENERGIA NO BRASIL	106
→ POLÍTICA E DESIGUALDADE REGIONAL	107
→ URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	107
→ METROPOLIZAÇÃO NO BRASIL.....	109
→ QUESTÃO AGRÁRIA.....	109
→ AGRONEGÓCIO	109
→ GEOGRAFIA POLÍTICA NO MUNDO	110
→ DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E REGIONAL DO BRASIL	111
→ MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AQUECIMENTO GLOBAL	111
→ POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	113
→ GEOLOGIA E GEOMORFOLOGIA.....	114
→ METEOROLOGIA E CLIMATOLOGIA	114
→ HIDROGRAFIA.....	115
→ GEOLOGIA E RELEVO.....	117
→ SOLOS	117
→ SOLOS	118
→ CLIMAS DO BRASIL.....	118
→ HIDROGRAFIA BRASILEIRA	122
→ BIOMAS, DOMÍNIOS E ECOSISTEMAS.....	122
→ CARTOGRAFIA	126
→ GABARITO 	126

HISTÓRIA.....127

→ CAPITANIAS HEREDITÁRIAS (BRASIL COLÔNIA)	127
→ INVASÕES ESTRANGEIRAS DURANTE O PERÍODO COLONIAL	127
→ EXPLORAÇÃO DA CANA DE AÇÚCAR (BRASIL COLÔNIA)	127
→ BANDEIRANTES E EXPANSÃO TERRITORIAL NOS SÉCULOS XVI A XVIII. TRATADOS DE MADRI, BADAJOZ, SANTO IDELFONSO, EL PARDO, UTRECHT	127
→ MINERAÇÃO E CICLO DO OURO	128
→ OS ÍNDIOS DURANTE O PERÍODO COLONIAL (ALIANÇAS, CONFLITOS, ACULTURAÇÃO, ESCRAVIDÃO ETC).....	128
→ OS NEGROS DURANTE O PERÍODO COLONIAL (CULTURA, ESCRAVIDÃO, TRÁFICO NEGREIRO ETC)	128
→ GUERRAS E CONFLITOS INTERNOS NO PERÍODO COLONIAL (EMBOABAS, MASCATES, REVOLTA DE BECKMAN, FILIPE DOS SANTOS ETC).....	129
→ RELIGIÃO DURANTE O PERÍODO COLONIAL (INCLUI MISSÕES JESUÍTICAS)	130
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE COLONIAIS (EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, ARTES).....	130
→ MOVIMENTOS EMANCIPACIONISTAS	131
→ PERÍODO JOANINO E CRISE DO SISTEMA COLONIAL.....	131
→ A INDEPENDÊNCIA (1822) E A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA.....	131
→ CONSTITUIÇÃO DE 1824 E A POLÍTICA NO PRIMEIRO REINADO (LIBERALISMO, FEDERALISMO, CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR)	132
→ POLÍTICA NO PERÍODO REGENCIAL (REGÊNCIAS, REFORMAS INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS, CÓDIGO DE PROCESSO CRIMINAL DE 1832, ATO ADICIONAL DE 1834).....	132
→ REVOLTAS PROVINCIAIS NO PERÍODO REGENCIAL (CABANAGEM, FARROUPILHA, SABINADA, BALAIADA).....	132
→ OS NEGROS NO SEGUNDO REINADO (ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, VIDA NOS NEGROS ESCRAVIZADOS E LIVRES, LEIS EUSÉBIO DE QUEIROZ, ÁUREA, VENTRE LIVRE)	133
→ A CONSTITUIÇÃO DE 1891	133
→ A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (1894 - 1930). POLÍTICA DO CAFÉ COM LEITE. CORONELISMO	134
→ REVOLTAS DURANTE A REPÚBLICA OLIGÁRQUICA (REVOLTAS DE CANUDOS, DA VACINA, DA CHIBATA, CONTESTADO, TENENTISMO)	134
→ POLÍTICA EXTERNA NA PRIMEIRA REPÚBLICA E O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	135
→ RELIGIÃO, SOCIEDADE E CULTURA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	136
→ A CRISE DO SISTEMA POLÍTICO E O COLAPSO DAS ALIANÇAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	136
→ A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS (1930 A 1937) - DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOVERNO CONSTITUCIONAL	137
→ A ASCENSÃO DE GETÚLIO VARGAS (1930 A 1937) - DA REVOLUÇÃO DE 1930 AO GOVERNO CONSTITUCIONAL	137
→ O ESTADO NOVO (1937-1945): A GUINADA AUTORITÁRIA E A CONSTITUIÇÃO DE 1937.....	138
→ HISTÓRIA DO BRASIL	139
→ ECONOMIA NA ERA VARGAS: DO CAFÉ À INDÚSTRIA.....	139
→ POLÍTICA EXTERNA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA ERA VARGAS. O BRASIL NA SEGUNDA GUERRA	140
→ RELIGIÃO, SOCIEDADE E CULTURA NA ERA VARGAS. MOVIMENTOS SOCIAIS (AIB, ANL, MOVIMENTO COMUNISTA, MOVIMENTO MODERNISTA ETC).....	140
→ O PÓS-GUERRA E A CRISE FINAL DO ESTADO NOVO	141

→ GOVERNO DUTRA E CONSTITUIÇÃO DE 1946	141
→ GOVERNO JK (PLANO DE METAS, CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA)	142
→ CONSOLIDAÇÃO DO REGIME MILITAR (1964 - 1968; INCLUI AI-1 ATÉ AI-4, E CF 1967).....	142
→ REPRESSÃO ABERTA E AUTORITARISMO MÁXIMO (1968 - 1974; AI-5, EC 1/69, DOI-CODI, GUERRILHA DO ARAGUAIA)	143
→ ABERTURA E TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1974 - 1985)	145
→ ECONOMIA NO REGIME MILITAR.....	146
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE NO REGIME MILITAR.....	147
→ A REDEMOCRATIZAÇÃO NA NOVA REPÚBLICA E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	147
→ POLÍTICA BRASILEIRA NA NOVA REPÚBLICA	148
→ ARTES, CULTURA E SOCIEDADE NA NOVA REPÚBLICA.....	148
→ A CRISE INTERNACIONAL E A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL.....	149
→ GUERRA FRIA E AS SUPERPOTÊNCIAS	150
→ GABARITO 	151

INFORMÁTICA153

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.).....	153
→ BARRAMENTOS, PLACA-MÃE E BIOS	153
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	154
→ WINDOWS 10.....	154
→ WINDOWS 11.....	156
→ LINUX / UNIX	156
→ WORD 2019.....	157
→ EXCEL 2019.....	158
→ WRITER.....	159
→ CALC	159
→ IMPRESS.....	160
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	160
→ CONCEITOS DE INTERNET	160
→ INTRANET E EXTRANET	161
→ INTERNET EXPLORER	161
→ MOZILLA FIREFOX.....	161
→ GOOGLE CHROME.....	162
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	162
→ GMAIL	163
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	163
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	163
→ GOOGLE WORKSPACE	164
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	164
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	164
→ FIREWALL E PROXY	165

→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	165
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.)	165
→ BACKUP	165
→ GABARITO 	166

DIREITO CONSTITUCIONAL.....167

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)	167
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)	168
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	168
→ HABEAS CORPUS	175
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	175
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)	176
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	176
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	177
→ PERDA DA NACIONALIDADE	177
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	178
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)	179
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	180
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	180
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)	181
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988)	181
→ ESTADOS FEDERADOS - ORGANIZAÇÃO, COMPETÊNCIAS, BENS (ARTS. 25 A 28 DA CF/1988)	181
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988)	182
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	182
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	184
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)	185
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES MILITARES (ARTS. 122 A 124 DA CF/1988)	185
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	185
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988)	188
→ GABARITO 	188

DIREITOS HUMANOS191

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DA PREVENÇÃO ESPECIAL (ARTS. 74 A 85 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DOS DIREITOS INDIVIDUAIS (ARTS. 106 A 109 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEIS (ARTS. 129 A 130 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ DO CONSELHO TUTELAR (ARTS. 131 A 140 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	191
→ CONCEITOS, HISTÓRICO E GERAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS	192
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	192

→ PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP)	194
→ PACTO INTERNACIONAL SOBRE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	195
→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	195
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32 DA CIDH-OAS).....	196
→ CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL (DEC. Nº 65.810)	197
→ CONVENÇÃO SOBRE ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER (DEC. Nº 4.377/2002)	197
→ CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E TRATAMENTOS DEGRADANTES (DECRETO Nº 40/1991).....	198
→ DECRETO Nº 7.037/2009 - PNDH-3	198
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.288/2010).....	198
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER (ARTS. 9º A 22 DA LEI Nº 12.288/2010).....	199
→ DAS OUVIDORIAS PERMANENTES E DO ACESSO À JUSTIÇA E À SEGURANÇA (ARTS. 51 A 55 DA LEI Nº 12.288/2010)	199
→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	199
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - LEI Nº 8.069/1990 - (DOS CRIMES - ECA, ARTS. 225 AO 244-B).....	200
→ GABARITO 	200

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO 201

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	201
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	201
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	201
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	201
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP)	202
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	202
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	202
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP).....	202
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	203
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)	203
→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP).....	203
→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP).....	203
→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP)	203
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	204
→ CONSUMAÇÃO (ART. 14, INCISO I, DO CP)	204
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	204
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP).....	204
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	204
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	205
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	205
→ EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	205

→ CONCEITOS GERAIS DA CULPABILIDADE.....	205
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	205
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP).....	206
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	206
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE: ESPÉCIES, REGIMES E PROGRESSÃO (ARTS. 32 A 42 E 53 DO CP).....	206
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP).....	206
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 59 A 68 DO CP).....	207
→ CONCURSO DE CRIMES (ARTS. 69 A 76 DO CP).....	207
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 100 A 106 DO CP)	207
→ DA PRESCRIÇÃO (ARTS. 108 A 119 DO CP).....	207
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	207
→ FEMINICÍDIO (ART. 121-A DO CP)	208
→ INFANTICÍDIO (ART. 123 DO CP)	208
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	208
→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136 DO CP)	208
→ DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 138 A 145 DO CP)	209
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	209
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	209
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP)	209
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 181 A 183 DO CP).....	210
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 155 A 183 DO CP)	210
→ DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL E DA EXPOSIÇÃO DA INTIMIDADE SEXUAL (ARTS. 213 A 216-B DO CP).....	210
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226 DO CP)	211
→ DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA (ARTS. 286 A 288-A DO CP)	211
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	211
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	211
→ LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL - DECRETO-LEI Nº 3.688/1941 - LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS.....	212
→ DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º DA LEI Nº 10.826/2003).....	212
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826/2003).....	212
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826/2003)	212
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS (ARTS 22 AO 34 DA LEI Nº 10.826/2003)	213
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006)	213
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	213
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	214
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006).....	214
→ GABARITO 	215

DIREITO PENAL MILITAR.....217

→ APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR (ARTS. 1º A 28 DO CPM).....	217
→ DO CRIME (ARTS. 29 A 47 DO CPM).....	218
→ DA IMPUTABILIDADE PENAL MILITAR (ARTS. 48 A 52 DO CPM).....	220
→ DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE (ARTS. 123 A 135 DO CPM)	220
→ DO MOTIM E DA REVOLTA (ARTS. 149 A 153 DO CPM)	220
→ DA ALICIAÇÃO E DO INCITAMENTO (ARTS. 154 A 156 DO CPM).....	221
→ DA VIOLÊNCIA CONTRA SUPERIOR OU MILITAR DE SERVIÇO (ARTS. 157 A 159 DO CPM)	221
→ DA INSUBORDINAÇÃO (ARTS. 163 A 166 DO CPM).....	221
→ DA RESISTÊNCIA (ART. 177 DO CPM)	221
→ DA INSUBMISSÃO (ARTS. 183 A 186 DO CPM).....	222
→ DA DESERÇÃO (ARTS. 187 A 194 DO CPM).....	222
→ DO ABANDONO DE POSTO E DE OUTROS CRIMES EM SERVIÇO (ARTS. 195 A 203 DO CPM)	222
→ DOS CRIMES CONTRA A PESSOA (ARTS. 205 A 239 DO CPM)	223
→ DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (ARTS. 240 A 267 DO CPM).....	223
→ DO DESACATO E DA DESOBEDIÊNCIA (ARTS. 298 A 302 DO CPM)	223
→ PECULATO (ARTS. 303 E 304 DO CPM).....	223
→ DA CONCUSSÃO, EXCESSO DE EXAÇÃO E DESVIO (ARTS. 305 E 307 DO CPM).....	224
→ DOS CRIMES CONTRA O DEVER FUNCIONAL (ARTS. 319 A 334 DO CPM).....	225
→ GABARITO 	225

DIREITO ADMINISTRATIVO 227

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	227
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	227
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	228
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	228
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	229
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	229
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	229
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	230
→ PODER DISCIPLINAR	230
→ PODER DE POLÍCIA	230
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	230
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	231
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	231
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	231
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	231
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	231
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	232

→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	232
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	232
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	233
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 12.527/2011.....	233
→ GABARITO 	234

DIREITO PENAL E LEGISLAÇÃO

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP)

1. (CEV UECE – 2025) “Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.” Essa norma descrita no Código Penal brasileiro diz respeito à

- a) anterioridade da lei.
- b) excepcionalidade da lei.
- c) extraterritorialidade da lei.
- d) temporariedade da lei.
- e) territorialidade da lei.

2. (IBADE – 2018) A máxima de que “não há crime sem lei anterior que o defina, tampouco pena sem prévia cominação legal” traduz o princípio penal da:

- a) proporcionalidade.
- b) individualização da pena.
- c) insignificância.
- d) legalidade.
- e) territorialidade.

3. (IBFC – 2017) Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre a aplicação da lei penal no tempo.

- a) Uma conduta só pode ser considerada crime se houver preceito legal anterior que assim a defina
- b) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido antes do julgamento ainda que ao tempo da prática não existisse a citada lei
- c) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido antes da prisão ainda que ao tempo da prática não existisse a citada lei
- d) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido a qualquer tempo
- e) Uma conduta é considerada crime se for criada norma nesse sentido mesmo após a declaração judicial de inexistência do tipo penal

4. (IOBV – 2015) O fato ocorrido antes da vigência da lei que o define como crime não poderá, por ela, ser alcançado. Trata-se de princípio da:

- a) Insignificância.
- b) Anterioridade.
- c) Inimputabilidade.
- d) Bagatela.

→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO)

5. (IDECAN – 2023) Levando em consideração a aplicação da lei penal no tempo, o Código Penal é categórico ao afirmar que:

- a) A punição por determinado fato deve prevalecer mesmo se, posteriormente, o fato deixar de ser considerado crime, posto que a aplicação da Lei Penal leva em conta a normativa vigente à época do ato.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, desde que não reduza a pena cominada, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, salvo com relação a crimes hediondos.
- e) A Lei Penal não retroage em nenhuma hipótese, independentemente de ser benéfica ou não ao agente.

→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP)

6. (IBFC – 2020) A entrada em vigor da nova Lei de Drogas, revogando a anterior, fez com que o crime de porte de drogas para consumo pessoal deixasse de prever a aplicação de pena privativa de liberdade, passando a adotar as seguintes como sanções: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo. Nesse sentido, no que tange à pena aplicável ao autor do citado delito, é correto afirmar que a nova lei de drogas constitui um exemplo de:

- a) novatio legis não incriminadora
- b) abolito criminis
- c) novatio legis in pejus
- d) novatio legis in melius
- e) lei intermediária

→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP)

7. (IADES – 2018) Lei temporária estabelece que constitui delito a venda de bebidas alcoólicas no raio de dois quilômetros dos locais destinados à realização da Copa América no Brasil.

Considerando hipoteticamente que João pratique tal delito no período de vigência da lei em comento, em suma, o juiz poderá condená-lo

- a) após o prazo de vigência da lei temporária, dado que o delito ocorreu durante a vigência desta.
- b) se a prática do delito for anterior à vigência da referida lei temporária.
- c) somente até a data de término de vigência da referida lei temporária.
- d) se a prática do delito for posterior à vigência da referida lei temporária.
- e) se a venda de bebidas alcóolicas ocorreu no raio de cinco quilômetros, visto que o delito aconteceu durante a vigência da lei temporária.

→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS (ART. 12 DO CP)

8. (INCAB – 2019) Se uma mulher mata o próprio filho, logo após o parto, sob a influência do estado puerperal, responde pelo crime de infanticídio (art. 123 do CP) e não pelo crime de homicídio (art. 121, CP). Isso se deve, no concurso aparente de normas, à aplicação do princípio da:

- a) consunção.
- b) alternatividade.
- c) fragmentariedade.
- d) especialidade.
- e) subsidiariedade.

→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP)

9. (NUCEPE UESPI – 2022) Ananias, de nacionalidade Argentina, morando próximo ao Bairro Marquês, na cidade de Teresina-PI, pegou o carro de um vizinho, sem o conhecimento deste, com a intenção de dar uma volta na cidade e depois devolvê-lo. O vizinho nada pôde fazer, pois soube que não se configura crime a conduta do agente que subtrai um bem e que devolve logo em seguida, de forma voluntária. É o que têm entendido a doutrina e a jurisprudência. Neste sentido, marque a alternativa CORRETA, quanto à aplicação da lei penal e ao crime.

- a) Mesmo que não haja lei anterior que defina o crime de furto de uso, é possível que seja tipificado posteriormente, e Ananias, após a tipificação, passe a responder pelo crime de furto de uso que cometera.
- b) É possível que se aplique a lei estrangeira a Ananias, desde que o crime seja tipificado na Argentina, embora o Brasil não tenha tratados, nem convenções internacionais a esse respeito.
- c) Caso seja considerado na Argentina crime o “furto de uso”, o governo brasileiro deverá comunicar àquele, segundo o Código Penal Brasileiro, pois para efeitos penais considerar-se-ia a Argentina extensão do território nacional.
- d) Caso o furto de uso fosse tipificado no ordenamento jurídico brasileiro, o local do crime seria o lugar em que ocorrera a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- e) Caso Ananias ainda seja menor, o suposto crime que realizara poderá ser imputado a seu pai, Josafá, que possui nacionalidade brasileira, e é domiciliado no Brasil.

10. (CPCV UERR – 2018) Quanto ao lugar e o tempo do crime, é correto afirmar que o Código Penal brasileiro adotou a teoria do (a), respectivamente:

- a) atividade e ubiquidade.
- b) resultado e ubiquidade.
- c) ubiquidade e contemporaneidade.
- d) contemporaneidade e resultado.
- e) ubiquidade e atividade.

→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP)

11. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Acerca da aplicação da lei penal, assinale a opção correta.

- a) Compete ao juízo das execuções a aplicação da lei penal mais benéfica ao acusado, ainda que não transitada em julgado a sentença condenatória.
- b) Sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos ocorridos em aeronaves privadas estrangeiras durante seu voo sobre o território brasileiro.
- c) A lei excepcional ou temporária, quando decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- d) Para efeito de análise do local do crime, a legislação brasileira adota a teoria da atividade.
- e) Na contagem dos prazos previstos no Código Penal (CP), exclui-se o dia do começo do prazo e inclui-se o do vencimento.

12. (IBFC – 2017) Assinale a alternativa INCORRETA considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre o crime de homicídio.

- a) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, ao crime cometido no território nacional
- b) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado
- c) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de tratados, ao crime cometido no território nacional
- d) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional
- e) Aplica-se a lei brasileira, afastando-se convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional

→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)

13. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de qualquer outra condição, os crimes

- a) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.
- b) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- c) cometidos por estrangeiro contra brasileiro.
- d) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- e) praticados por brasileiro.

14. (INCAB – 2019) Em ação criminosa fraudulenta praticada no exterior, o patrimônio de uma autarquia brasileira, vinculada à União, é lesionado, dando-se o resultado igualmente no estrangeiro. As evidências colhidas apontam, ainda, que o resultado sequer deveria ter ocorrido no Brasil. Nessa hipótese, a lei penal brasileira:

- a) pode ser aplicada, e m virtude da extraterritorialidade condicionada.
- b) pode ser aplicada, em virtude da extraterritorialidade hipercondicionada.
- c) não pode ser aplicada.
- d) pode ser aplicada, em virtude do princípio da territorialidade.
- e) pode ser aplicada, em virtude da extraterritorialidade incondicionada.

15. (IADES – 2018) Suponha que José praticou o crime de roubo a bordo de uma embarcação privada de bandeira inglesa, que estava atracada no porto de Santos, no Brasil.

Com base nesse caso hipotético, assinale a alternativa correta.

- a) Não se aplica a lei brasileira, considerando-se o princípio da bandeira ou da representação.
- b) Não se aplica a lei brasileira, considerando-se que o navio privado estava atracado no porto de Santos, portanto, ostentando a bandeira inglesa em razão do respectivo registro.
- c) Aplica-se a lei brasileira, considerando-se o princípio da universalidade ou cosmopolita.
- d) Aplica-se a lei brasileira, considerando-se o princípio da nacionalidade passiva.
- e) Aplica-se a lei brasileira, considerando-se que o navio privado estava atracado no porto de Santos e, portanto, tornou-se extensão do território nacional por ficção jurídica.

→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)

16. (Instituto AACP – 2023) Em determinado dia, Zeus avista Hades, seu inimigo mortal, passeando pela orla da praia, momento em que, imediatamente, saca sua arma e dispara, matando Hades. Acontece que, a título de culpa, Zeus também matou Poseidon, vendedor ambulante local, porque o projétil perfurou o corpo de Hades, atravessando-o, e atingiu Poseidon no coração. Nesse caso, à luz da normativa penal, é correto afirmar que restou configurada hipótese de

- a) erro sobre a pessoa.
- b) erro sobre o objeto.
- c) erro determinado por terceiro.
- d) aberratio causae.
- e) erro na execução.

→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP)

17. (NUCEPE UESPI – 2017) De acordo com o Código Penal Brasileiro, em relação ao crime, é correto afirmar que:

- a) a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- b) a omissão é penalmente irrelevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado.
- c) pune-se a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

- d) o erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado isenta de pena o agressor.
- e) se o fato é cometido em estrita obediência a ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

→ CRIME IMPOSSÍVEL (ART. 17 DO CP)

18. (IBFC – 2017) Assinale a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre a figura jurídica específica que denomina a situação em que não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

- a) Crime irreal
- b) Crime consumado
- c) Crime hediondo
- d) Crime impossível
- e) Crime famélico

→ DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA (ART. 15 DO CP)

19. (FGV – 2024) 1º cenário: Tício ingressou no jardim de uma residência e escalou o muro do imóvel, com o objetivo de adentrar o local e proceder à subtração de diversos bens. Contudo, o agente viu uma pequena criança brincando com o pai, motivo pelo qual mudou de ideia e deixou a localidade.

2º cenário: Mévio desferiu diversos socos no rosto do seu desafeto, ocasião em que o último pediu por clemência. Muito embora pudesse continuar agredindo-o, Mévio interrompeu os atos e fugiu da localidade.

Considerando as disposições do Código Penal, Tício e Mévio somente responderão pelos atos já praticados, respectivamente, em razão do (da):

- a) arrependimento posterior e arrependimento posterior;
- b) arrependimento eficaz e arrependimento posterior;
- c) desistência voluntária e arrependimento posterior;
- d) arrependimento eficaz e arrependimento eficaz;
- e) desistência voluntária e desistência voluntária.

→ ARREPENDIMENTO EFICAZ (ART. 15 DO CP)

20. (CEBRASPE-CESPE – 2023) O agente que, após iniciar a prática de um crime, voluntariamente impede que o resultado se produza

- a) incorre em desistência voluntária.
- b) incorre em conduta atípica.
- c) responde pela modalidade tentada do delito.
- d) incorre em arrependimento posterior.
- e) responde pelos atos já praticados.

21. (IBFC – 2017) Analise a alternativa correta considerando os preceitos normativos e doutrinários básicos sobre Desistência voluntária e arrependimento eficaz.

- a) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução responde pelo crime consumado
- b) O agente que, voluntariamente, impede que o resultado se produza, responde pelo crime consumado
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados